



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 044**

A Questão Agrária entre duas Revoluções

Tiago Camarinha Lopes

NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2014



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

--

A Questão Agrária entre duas Revoluções

Tiago Camarinha Lopes¹
NEPEC/FACE/UFG

RESUMO

Este artigo desenvolve a idéia de que a luta social pela terra integra hoje dois elementos contraditórios, que se excluem necessariamente conforme o capitalismo se desenvolve: a Revolução Burguesa e a Revolução Socialista. Para explorar esta perspectiva, que pode contribuir para elucidar conflitos internos existentes dentro do movimento de luta pela terra, o texto faz uma breve recuperação teórica sobre a terra no livro 3 do Capital para em seguida resumir a trajetória do debate no século XX. A noção de que a organização de uso do solo pela sociedade está, não mais posta como condicionante para o desenvolvimento capitalista, mas sim como elemento político entre dois projetos excludentes (capitalismo e socialismo), é desenvolvida na conclusão.

Palavras Chaves: Economia Política, Questão Agrária, terra, revolução, Lenin, Kautsky

ABSTRACT

This article develops the idea that the current social struggle for land integrates two contradictory elements, which necessarily exclude each other as capitalism advances: the Bourgeois Revolution and the Socialist Revolution. To explore this prospect, which may elucidate existing internal conflicts within the movement of struggle for land, the text provides a brief theoretical review on the element land in Book 3 of Capital. It then summarizes the trajectory of the debate in the twentieth century. The notion that the organization of land use by society is no longer placed as a condition for capitalist development, but as a political element between two mutually exclusive projects (capitalism and socialism), is developed in the conclusion.

Keywords: Political Economy, Agrarian Question, land, revolution, Lenin, Kautsky

JEL: B51, Q10

¹Professor de Economia da FACE/UFG (Universidade Federal de Goiás), Goiânia. tiagocamarinhalopes@gmail.com

1. Introdução

Desde o instante em que foi desenvolvida sistematicamente a partir da Economia Política de Marx, com Kautsky e Lenin, a questão agrária foi ganhando uma enorme dimensão, tanto em termos teóricos quanto práticos e políticos. Inicialmente, quando o capitalismo começa a transbordar da Europa Ocidental para o mundo ainda no século XIX, o debate era balizado pelo contexto de formação das relações sociais próprias a este modo de produção. A terra, portanto, era analisada a partir dos problemas relacionados com o desenvolvimento da mercadoria enquanto forma principal do produto, que fundamentaria então a base para a consolidação do modo de produção capitalista. A grande motivação daquela perspectiva original era entender como se poderia agir politicamente na configuração das relações de propriedade da terra para que o capital se desenvolvesse livremente. O intuito era com isso, desmontar toda a estrutura de uso da terra que condizia às formações sociais anteriores ao capitalismo. O debate sobre a questão agrária original estava com isso completamente inserida no processo de revolução burguesa ou capitalista.

Mas o prosseguimento da questão no século XX abriu uma nova dificuldade: o modo de produção do capital já pode ser pensado agora em boa parte do globo como plenamente desenvolvido. No entanto, a questão agrária permanece, embora sob outra forma, decorrente das inúmeras variações de problemas práticos e políticos que emergiram conforme a luta pela terra e o projeto de reforma agrária ganhou destaque nas regiões periféricas do sistema.

Este artigo desenvolve a idéia de que a luta social pela terra integra hoje dois elementos contraditórios, que se excluem necessariamente conforme o capitalismo se desenvolve: a Revolução Burguesa e a Revolução Socialista. Para explorar esta perspectiva, que pode contribuir para elucidar conflitos internos existentes dentro do movimento de luta pela terra, o texto faz uma breve recuperação teórica sobre a terra no livro 3 do *Capital* para em seguida resumir o núcleo do debate. Por fim, a noção de que a organização de uso do solo pela sociedade está, não mais posta como condicionante para o desenvolvimento capitalista, mas sim como elemento político entre dois projetos excludentes, o capitalismo e o socialismo, é desenvolvida na conclusão.

2. O desenvolvimento capitalista no setor da agricultura

A compreensão da questão agrária entre dois modos de produção deve partir do fundamento teórico da economia política, tal como esta encontrou continuidade científica com a crítica elaborada por Karl Marx. Antes de apresentar esta base teórica a partir da exposição da terra enquanto parte integrante do modelo capitalista em seu curso puro é útil desenvolver a questão sobre o porquê o lócus de desenvolvimento pleno do capital é inicialmente a cidade em oposição ao campo. Como forma de tratar este ponto, é, portanto, pertinente indagar: por que o desenvolvimento capitalista pleno no campo é mais difícil do que nos centros urbanos?

A economia enquanto campo de estudo é apresentada para fins didáticos como a unidade entre duas atividades executadas em sociedade: a produção e a distribuição. Considerando que produção é a atuação dos homens sobre a natureza para sua transformação qualitativa a apropriação, podemos dizer que, independente da forma social de organização da economia, sempre é necessário que os seres humanos transformem a natureza para obter os valores de uso que satisfaçam suas necessidades. No modo de produção capitalista, essa interação entre homem e natureza, ou seja, essa obtenção dos meios necessários para a reprodução material da vida humana está condicionada por regras sociais específicas, que se desenvolvem a partir da propriedade privada e da forma mercadoria que o produto assume de forma cada vez mais intensa ao longo da história. O prosseguimento e aprofundamento do capitalismo geraram ramos de atividade econômica que se especializam cada vez mais na produção de algum valor de uso específico que necessariamente também é, neste modo de produção, mercadoria e, portanto, propriedade privada. Essa divisão do trabalho social total em diversos ramos ou

setores econômicos é resultado necessário da intensificação da divisão social do trabalho que é impulsionada pelo capital.

A primeira análise sistemática do capitalismo realizada pelo economista clássico Adam Smith focava nos setores urbanos e manufatureiros.² De fato, a indústria aparece inicialmente como excelente caracterização do desenvolvimento capitalista de uma economia, e conforme a cadeia produtiva se estende, é possível que se perca a noção de que no fundo, toda atividade produtiva deve remontar àquela determinação mais básica que é a modificação da natureza possibilitada pelo processo de trabalho. Este vínculo da atividade econômica com a terra (ou natureza), que existe em todos os estágios da cadeia produtiva, é especialmente visível naquele setor econômico que está mais próximo das transformações básicas em que as forças naturais “amparam o homem” de modo mais direto: a agricultura.³ Graziano (1999) capta essa idéia ao escrever que “enquanto para a indústria a terra é mero substrato físico sobre o qual se desenrola o processo produtivo, para a agricultura a terra é um meio de produção fundamental” (Graziano (1999), p. 30). Assim, enquanto a análise do progresso técnico na indústria parece estar completamente desvinculada dos limites naturais de transformação qualitativa da matéria, na agricultura estas barreiras são muito mais evidentes.

De forma resumida a peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo na agricultura⁴ é a seguinte: o processo de trabalho deste setor, diferente dos setores que se desenvolvem nos centros urbanos, está muito ligado ao ciclo natural de transformação qualitativa da matéria. Enquanto a indústria aparece na cidade de forma relativamente isolada da natureza, por meio da criação de artifícios que agem sobre os ciclos naturais (por exemplo, a eletricidade que permite iluminação noite adentro), a produção no meio rural está muito mais ligada aos limites físicos, químicos e biológicos. O tempo da natureza se impõe ao processo produtivo no meio rural de forma muito mais intensa do que ocorre na cidade. Esta característica da agricultura torna o desenvolvimento capitalista ali mais difícil, mas não impossível. Afinal, é notório que a integração da agricultura ao modo de produção do capital não pode ser negada, ainda mais quando se observa a formação dos complexos agroindustriais no século XX.

As principais especificidades do desenvolvimento capitalista na agricultura podem ser esboçadas com a ajuda de Mann e Dickinson ([1978] 1987), que exploram os obstáculos que o capital precisa vencer ali ao recuperarem a teoria do valor de Marx. O tempo de produção é composto de tempo de trabalho e de não-trabalho (momento em que o trabalhador “espera” a efetivação de algum processo de transformação qualitativa da matéria para que o processo produtivo possa continuar, e quando não há criação de valor). Na indústria, o capital consegue

² Os antecedentes de Adam Smith não tinham como objeto de estudo a manufatura ou oficina, unidades precursoras da grande indústria. Por um lado, devido à dinâmica de acumulação possibilitada ainda pelo Antigo Sistema Colonial (no caso dos mercantilistas), por outro lado, também devido à hegemonia ideológica dos proprietários de terra (no caso dos fisiocratas). Aqui, seria interessante indicar como o desenvolvimento do capital comercial, ou seja, daquele capital na esfera da circulação, cria os primeiros centros comerciais relevantes que se distinguem do campo. O desenvolvimento dos portos de Veneza e dos países baixos, por exemplo, ilustram como a concentração de capital resulta na formação da cidade em clara oposição ao campo. Para Wallerstein (2001), o sistema-mundo capitalista começa nesta época, mais especificamente, no final do século XV, momento englobado pela época do Renascimento.

³ Em relação ao trabalho concreto, que produz valores de uso, Marx salienta que a ação sobre a natureza é ela mesma amparada forças naturais: “Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.” (Marx ([1867] 1985), p. 50-51).

⁴ A exacerbação da separação entre campo e cidade foi um dos resultados mais notórios do desenvolvimento capitalista. A agricultura é pensada como um termo mais específico do que campo ou espaço rural. Ela é a atividade produtiva neste local, que se torna crescentemente atividade produtiva capitalista conforme o capital produtivo avança sobre este espaço. Não se deve confundir rural com agropecuária, nem agropecuária com agricultura. A agricultura é a atividade produtiva no meio rural (campo, espaço), enquanto agropecuária é uma atividade produtiva específica no campo, qual seja, a produção vegetal e animal para consumo humano.

reduzir o tempo de não-trabalho com certa eficiência, de tal modo que todo o tempo de produção se iguale ao tempo de trabalho.

Mas na agricultura, essa igualação é claramente mais difícil de ser obtida. Os “poros” de não-trabalho durante o processo de produção na agricultura são dificílimos de serem eliminados em comparação com o que ocorre na indústria, por conta dos constrangimentos naturais existentes na agricultura. Por exemplo, a produção de cereais demanda um grande período em que a atuação humana sobre a natureza fica completamente ausente, pois a semente precisa de seu tempo para se desenvolver na terra a partir da energia que vem do Sol. É interessante notar que também na indústria ocorre a modificação material do objeto de trabalho, mas aqui o trabalhador tem um maior raio de atuação sobre tal transformação ou sua ação é de fato imprescindível para que a transformação ocorra em primeiro lugar, diferente dos processos naturais em que a modificação da matéria irá ocorrer independente da ação humana.

Por exemplo, processos de reações químicas podem ser aceleradas por câmeras de aquecimento ou outros métodos.⁵ Estes métodos de aceleração dos processos naturais são intensamente utilizados na agricultura assim que a tecnologia permite forçar o encurtamento da maturação do objeto de trabalho no campo, tipicamente um elemento biológico e vivo. Um dos exemplos mais ilustrativos disso é a alimentação forçada de animais, como porcos e aves, por meio de rações especiais. Modificações genéticas levam também os animais a atingirem o ponto de abate de modo muito mais rápido do que no passado. As sementes híbridas são também exemplos sobre como o capital acelera aquele processo natural das culturas agrícolas.

Como resultado, em relação ao progresso técnico enquanto arma do capital para não deixar o ciclo produtivo da agricultura à mercê das forças naturais, é importante destacar que o nível de desenvolvimento das forças produtivas capazes de vencer os limites naturais é muito elevado se compararmos com as técnicas típicas da indústria na cidade. Enquanto nesta última os conhecimentos rudimentares da engenharia mecânica já tinham um enorme efeito, na agricultura, somente o domínio da engenharia química e genética tem a capacidade de converter este setor em um ramo apropriado para a produção plenamente capitalista, ou seja, em um ramo mesmo da indústria.

Por que então o desenvolvimento do capitalismo na agricultura é mais difícil do que nos setores da indústria, pensados como resultados do desenvolvimento da manufatura, atividade relativamente independente dos limites naturais à modificação da matéria? Explica-se a dificuldade de penetração do capital na agricultura devido à própria natureza do objeto de trabalho deste setor de produção. O objeto de trabalho da agricultura é uma mercadoria mais próxima da natureza, sendo, portanto, mais difícil reduzir o tempo de não-trabalho e de produção total, visto que o fluxo da transformação aqui é fortemente amparado por forças naturais que agem independentemente da ação humana. A subordinação da natureza à lógica de valorização que ocorre em um período posterior para estes setores causa, no entanto, uma determinada superação da dicotomia rural/urbano. Assim como as forças produtivas específicas ao desenvolvimento capitalista se deram neste último espaço com a grande indústria, é possível afirmar que a nova estrutura da produção agrícola equivale à base própria de desenvolvimento do capital nesta última fronteira de produção.

⁵ Na agricultura estes procedimentos são mais difíceis de serem implementados por conta do estado próprio do objeto de trabalho. O que se destaca aqui é que não é que os limites existem apenas na agricultura. Os constrangimentos naturais de transformação da matéria sempre existem, tanto na agricultura quanto na indústria. A diferença é que a indústria “está mais afastada destes limites” devido ao fato de que o objeto de trabalho ali ser já muito mais trabalhado em comparação com o objeto de trabalho na agricultura. E outras palavras, o objeto de trabalho é mais “matéria-prima do que insumo”. Por isso, a diferença qualitativa entre agricultura e indústria ressaltada por Mann e Dickinson (1978) e pelos autores que buscam explicitar as especificidades do capital no campo, como Graziano (1999), pode ser contemplada como uma diferença quantitativa associada ao grau trabalho incorporado no objeto de trabalho.

3. A terra no modo de produção capitalista puro

É interessante observar que a análise típica que contrapõe o campo e a cidade enquanto ramos ou setores de produção capitalista parte da observação histórica e concreta de que as relações do capital se desenvolvem de maneira mais nítida nos aglomerados urbanos. Como salientado, a própria fundação da Economia Política simbolizada por Adam Smith tem como parâmetro a dinâmica da manufatura e da fábrica, elementos por definição opostos ao campo e descritivos dos centros urbanos. A explicação para a maior facilidade de se descrever a produção capitalista a partir dos aglomerados urbanos, ou das transformações da revolução industrial que alteram em maior medida as instalações destes locais e não as do campo, pode ser buscada pela análise demográfica da força de trabalho nos dois espaços. Mesmo que no campo exista uma população trabalhadora sem meios de produção e que vende sua força de trabalho na produção agrícola, uma parte considerável dos trabalhadores rurais não são assalariados, pelo menos nos momentos iniciais de desenvolvimento do capitalismo.

Em outras palavras: a possibilidade do trabalhador ter seus próprios meios de produção é concreta no campo. Diferente no caso da cidade. Aqui, as condições econômicas que equivalem a ser proprietário de meios de produção são muito superiores às que existem no espaço rural com desenvolvimento capitalista baixo. Essa diferenciação se expressa, por exemplo, na divisão da classe trabalhadora entre camponeses e proletariado. Existe uma diferença qualitativa entre estas duas categorias que não se pode perder de vista se o objetivo for realizar um estudo da questão agrária em adequação com a economia política teórica de Marx. O nível elevado de abstração do *Capital* faz essa cisão da classe trabalhadora desaparecer, de tal modo que ali, todo trabalhador é trabalhador assalariado.⁶ Onde entra então a terra na análise teórica do modo de produção do capital?

A renda fundiária é abordada por Marx no livro 3 do *Capital*, mais especificamente, na seção VI (Metamorfose do sobrelucro em Renda Fundiária). Inicialmente, há a confirmação do nível de abstração mencionado pela suposição de que “a agricultura, exatamente como a manufatura, está dominada pelo modo de produção capitalista (...)” (Marx ([1894] 1986), p. 123). Dessa maneira, a agricultura é vista apenas como mais um setor da economia total, igualmente sujeito aos fluxos e influxos de capitais que dançam entre todos os setores nivelando as constantes recriadas desigualdades de retorno. Na análise teórica, os trabalhadores do campo estão todos separados dos meios de produção como o proletariado. É por esta razão que é dito, corretamente, que “é impossível encontrar na estrutura d’*O Capital* um conceito de camponês” (Abramovay (1992), p. 35).

Neste início de seção, Marx está preocupado em evitar erros teóricos sobre a renda fundiária, mas recorrentemente pula para a análise mais concreta em que exemplifica casos de existência de três classes (trabalhador assalariado, capitalista industrial e proprietário fundiário) (Marx ([1894] 1986, p. 126). Essa manobra se coloca a toda hora provavelmente devido ao fato concreto da coexistência de três classes durante a época de formação do capitalismo que serve como apoio ilustrativo para a escrita do *Capital*.

Caso a análise pura fosse desenvolvida, não existiria renda fundiária. Ou melhor: a renda fundiária seria o retorno referente ao capital cuja contrapartida real é a terra. Neste caso, para seguir à risca o modelo puro de Marx devemos tratar o proprietário de terra como um capitalista. Ele é proprietário de um dos elementos simples do processo de trabalho, que é chamado de forma genérica de terra (que é na prática tanto objeto de trabalho quanto meio de trabalho, e é

⁶ Depois de explicar a substituição do microscópio pela faculdade de abstrair, Marx justifica e explica o modelo assim no prefácio da primeira edição do livro I do *Capital*: “O físico observa processos naturais seja onde eles aparecem nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação” (Marx ([1867] 1985), p. 12)

necessariamente meio de produção). Enquanto propriedade privada usada para operar o movimento D - D', ou seja, converter dinheiro em mais dinheiro, o meio de produção terra é capital, mas uma forma de capital que não é nem capital constante muito menos variável.

A terra como capital constitui uma das formas mais fetichizadas do capitalismo. Os motivos pelos quais não se trata de capital variável são óbvias. Mas por que não é capital constante? Marx assinala que as melhorias efetuadas no solo (por exemplo, adubação, obras de irrigação e nivelamento) correspondem à formação de capital fixo que constituem então o capital constante que fica preso à terra. Mas os retornos referentes a essa parte do capital, ou seja, os juros deste capital fixo “não constituem a renda fundiária propriamente dita (...)” (Marx ([1894] 1986), p. 126). Da mesma forma que uma instalação industrial em determinado espaço no solo não gera renda da terra, as melhorias do solo para cultivo ou extração mineral também não. A renda fundiária enquanto tal se refere ao retorno que deriva da mera propriedade sobre determinado espaço físico natural que funciona como meio e objeto de trabalho. Segundo Marx, esta parcela de valor obtida por essa propriedade foi na verdade capturada na esfera da circulação, e ela pode ser pensada como o sobrelucro originado das condições exclusivas do proprietário em questão. Para explicar isso, Marx monta o exemplo da roda d'água no capítulo 38 do *Capital*, que trata da renda diferencial em geral.

O exercício consiste em supor que a maioria das unidades de produção da economia é impulsionada por máquinas a vapor, enquanto algumas poucas são postas em movimento por quedas d'água naturais.⁷ De acordo com a análise posterior sobre a transformação dos valores em preços de produção, o valor de venda no mercado equivale aos custos condizentes com as condições de dificuldade média de produção. Assim, se o produto final possui um valor de mercado de 115, e as unidades com máquina a vapor que expressam a média social tiveram custos de produção no total de 100, o lucro normal seria de 15. Mas as unidades que utilizam rodas d'água tem um custo inferior àquele que reproduz o estado de uso energético pela máquina a vapor. Em outras palavras, as condições técnicas em que o capital opera nas unidades com roda d'água são superiores à média. Disso resulta, por exemplo, que os custos de produção ali, de 90, conferem a possibilidade de um lucro total de 25 (sobrelucro de 10 para essa unidade em condições técnicas favoráveis). O valor no produto dessa unidade é inferior, pois é necessário menor quantum global de trabalho para recompor o capital constante neste caso. O capital constante aqui, (materializado na roda d'água) contém menos trabalho incorporado do que o capital constante que se refere à máquina a vapor. Apesar disso, ambas processam, neste exemplo simples, a mesma quantidade de material. Por isso, o produto final das fábricas movidas à vapor tem mais valor cristalizado. Como o valor de venda no mercado deve ser o mesmo, pela lei do valor, há, no momento da circulação ou realização da venda, uma atração de valor para o produtor privilegiado que opera em condições favoráveis.

Essa diferença no valor de 10 é referente à categoria de sobrelucro já trabalhada no exercício de transformação de valores em preços de produção, e neste caso em específico, ela coincide com a renda da terra. Ela se refere à propriedade privada de uma força natural monopolizável, no caso, à queda d'água.⁸ Marx explica que todo capital opera no sentido de tornar privado o uso de forças naturais, mas que no caso dos setores mais ligados à natureza, uma diferença importante (e já esboçada) existe. Os capitalistas industriais, no caso ideal estudado, também utilizam a força natural que decorre da conversão da água em estado líquido

⁷ Consideramos que o exemplo se refere a um setor apenas, ou seja, que essas unidades produzem o mesmo valor de uso e estão, portanto, em relação direta de concorrência. A expansão para a comparação entre setores diferentes não altera o exemplo, pois trata-se aqui da renda diferencial em geral, ou seja, à forma mais abstrata que engloba tanto a renda diferencial I (intra-setor) quanto a renda diferencial II (inter-setor).

⁸ Ela não se refere à propriedade da roda d'água, mas à propriedade da queda d'água, uma força natural que opera sem intervenção humana. Marx enfatiza que não é a força natural a fonte do sobrelucro, mas a relação social em torno dela que explica a existência das formas de renda. Ver Marx ([1894] 1986), p. 145).

para o estado gasoso e que age como força sobre o mecanismo que coloca a máquina em movimento. Mas essa elasticidade do vapor, elemento essencial da força natural em questão a que Marx se refere, pode ser utilizada por qualquer um que tenha condições de adquirir uma máquina a vapor.

Diferente com a queda d'água. Aqui não é uma força natural disponível a todo capital, mas apenas àquele materializado na roda d'água construída justamente neste espaço geográfico. O sobrelucro ligado à propriedade da terra provém, portando da exclusividade de uso de certas condições naturais que são reproduzidas naturalmente, sem que trabalho humano seja necessário para colocar o processo em movimento:

“A causa do sobrelucro (...). Origina-se da maior força produtiva natural do trabalho, ligada ao aproveitamento de uma força natural, mas não de uma força natural que está à disposição de todo o capital na mesma esfera de produção, por exemplo, a elasticidade do vapor, cuja utilização não é, portanto, óbvia em todos os casos em que, em geral se invista capital nessa esfera. Mas de uma força natural monopolizável que, como a queda d'água, só está à disposição daqueles que dispõem de certos trechos do globo terrestre e seus anexos.” (Marx ([1894] 1986), p. 144).

Vale ressaltar que a mesma lógica pode ser estendida para todas as formas de propriedade exclusiva de forças naturais e que são referidas como formas de propriedade da *terra*. Por exemplo, determinada extensão do solo terrestre recebe determinada energia solar, que atua como força natural sobre o desenvolvimento da cultura vegetal. Terras próximas ao equador têm, obviamente uma recepção maior de luz solar do que aquelas mais próximas dos polos, indicando que há uma diferença dessa força natural existente em cada propriedade (embora esta diferença seja negligenciável para terrenos próximos e absolutamente relativa se considerarmos todos os outros fatores que determinam a fertilidade do solo). A propriedade de certo espaço físico sobre o globo confere ao proprietário uso exclusivo da energia que vem do Sol e que incide exatamente sobre sua propriedade.⁹

Marx raciocina então logicamente para explicitar a relação entre capitalista e proprietário de terra que existiria no modo de produção capitalista puro. De acordo com sua análise, podemos imaginar (abstraindo das condições históricas que explicam o surgimento da propriedade privada) um sujeito, proprietário da queda d'água. Dada a existência do modo de produção do capital, ele tem a opção de permitir ou negar o uso dessa força pelo capital. Caso permita e o capitalista construa uma roda d'água para aproveitar a força motriz da água que cai, o sobrelucro proveniente dessa condição técnica favorável em relação às unidades que empregam máquina a vapor assume a forma de renda da terra, que é então paga pelo capitalista ao proprietário da terra. O primeiro utiliza a queda para mover sua roda d'água e paga por esse serviço ao dono dessa força, o senhor da queda d'água.

E aqui o interessante, posto por Marx assim: “Nada se alteraria na questão se o próprio capitalista se apropriasse da queda d'água” (Marx ([1894] 1986), p. 145). A única diferença é que o sobrelucro não precisaria ser transferida a um terceiro (que assume a figura do fundiário sanguessuga no imaginário dos capitalistas representados pela Economia Política Clássica de David Ricardo). Aqui, tal como antes, o sobrelucro não seria uma criação de valor do capital em questão, mas apenas a sua obtenção na esfera da circulação por conta do valor de produção abaixo da média social devido ao uso de uma força natural monopolizada. A propriedade da

⁹ O termo terra em economia política precisa ser contemplado como desígnio para todo elemento da Natureza que atua e ampara o processo de trabalho. No exemplo de Marx, a queda d'água é a *terra*. No caso da incidência de luz solar sobre o solo a ser cultivado, a *terra* é a área sobre a qual há esta incidência específica, que só ocorre ali e em nenhum outro local. No caso de certa fertilidade determinada em uma região qualquer, a *terra* é a existência da combinação em questão de nutrientes no solo, incidência de luz, precipitação de água, etc. (ou seja, de todos os fatores que conferem tal fertilidade ao solo). Portanto, não se deve pensar na terra como mero espaço físico, ou área sobre a superfície do globo terrestre, mas sim como Natureza, elementos existentes na natureza que entram no processo de trabalho e que assumem formas históricas conforme as formações sociais.

terra confere o poder de puxar uma parte da mais-valia total produzida pelo capital que se beneficia dessa força natural. Caso a queda d'água não tivesse um título de propriedade, ou seja, fosse “terra sem dono”, teríamos uma situação similar à anterior. Aqui, o proprietário do capital movimentado pela terra seria beneficiado da mesma forma pela diferença do valor de seu produto com o dos concorrentes. Isto deixa bem evidente, como Marx chama a atenção repetidas vezes, que não é o título de propriedade fundiária sobre a terra que permite a existência do sobrelucro (ou renda), mas sim o seu uso econômico exclusivo e privado. Caso o Estado não forçasse o pagamento do dono da roda d'água ao dono da queda d'água, o valor referente à renda da terra ficaria com aquele que realizou a venda da mercadoria.

Neste ponto, Marx supera adequadamente a disputa entre David Ricardo e Thomas Robert Malthus, que davam vozes, respectivamente para os capitalistas industriais e proprietários de terra em disputa pelo valor global da produção capitalista. Mas no *Capital* de Marx essas duas personificações de categorias econômicas já se fundiram. O conflito examinado entre capitalistas e proprietários de terra é, portanto, corretamente avançado para o conflito entre capitalistas em geral. Um é o capitalista industrial, o outro o capitalista fundiário.

Mas agora a diferença: o capitalista industrial não tem como escapar do revolucionamento das forças produtivas. Isto explica porque o proletariado tem maior interesse em tornar todo capitalista capitalista industrial do que apoiar proprietários que tiram vantagem da estagnação técnica na produção social. A conversão da agricultura em um ramo da indústria capitalista é um movimento de progresso do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e, que por consequência, torna este ramo mais próximo da organização da produção socialista.¹⁰ Na disputa concorrencial para baixar os custos, o industrial obtém vantagens desse progresso técnico. Diferente com o “capitalista fundiário” que tem aquela queda d'água. Aqui, sua intenção é inversa: sua vantagem deriva justamente da dificuldade geral de elevar a produtividade e tudo fará para que as fábricas não melhorem suas máquinas a vapor. O capitalista que tem a propriedade da Natureza usa uma força natural que “nada lhe custa”. Ela não gera valor, mas suga valor pela circulação. A exclusividade desse uso permite chupar esse valor na esfera da distribuição, que assume a forma de renda. A queda d'água efetua trabalho no lugar do trabalhador: gera valor de uso, mas não gera valor. Somente as condições gerais de conversão do processo de trabalho em processo de valorização é que dão, por exclusão, à propriedade da terra a capacidade de dar “juros” (renda) ao seu proprietário, e somente se a unidade de produção em questão opera a um custo de produção inferior à média que serve como padrão concorrencial.

A renumeração pela propriedade da queda d'água dá a impressão de que esta força teria valor, pois há um preço para ela, conforme atestam todos os ativos referentes à propriedade de Natureza. O preço da Natureza é de acordo com Marx uma “expressão irracional atrás da qual existe uma relação econômica real” (Marx ([1894] 1986), p. 146), pois tal força não representa nenhum trabalho humano objetivado. Mas o valor que o proprietário retira do processo pode ser capitalizado, e assim, a própria natureza aparece como capital para seu detentor. Por esse motivo, parece ser adequado chamar o proprietário fundiário de capitalista, embora atue de maneira específica para assegurar seu movimento $D - D'$ e seja assimilado ideologicamente como “parasita”, elemento improdutivo que se apropria de valor criado alheamente. A eliminação desse *rentier* não é por acaso um dos programas dos capitalistas preocupados em uma reprodução direcionada do sistema que não dissocie a produção de valor de sua realização

¹⁰ Este é um ponto a ser desenvolvido com cuidado, pois ele pode implicar na idéia de que a agricultura do grande negócio estaria mais próxima da transformação para a forma de organização social futura. De fato, o que coloca a agricultura no limiar de sua revolução socialista é a sua crescente integração ao circuito capitalista de produção, e não o tamanho da unidade produtiva em questão. A disputa pequeno versus grande produtor não coincide com a disputa produção socialista versus produção capitalista.

por meio do uso efetivo do produto via elevação da demanda efetiva, como propunha o economista John Maynard Keynes.

A terra no modo de produção capitalista puro, portanto, entra como parte integrante da lógica capitalista por ser propriedade privada. Isto confere ao proprietário em questão a capacidade legal de atrair para si parte do valor global criado, com o que o capitalista-produtor é obrigado a dividir com ele a mais-valia total. O conflito entre essas duas classes sociais é interna ao grupo mais abstrato considerado capitalista no modelo de Marx, pois ambos perseguem de modo consciente o movimento de valorização de valor. Agora, considerando que toda força natural foi monopolizada e o processo de valorização não pode parar, o modelo puro implica que em certo nível de desenvolvimento, os proprietários fundiários fundem-se com os capitalistas industriais. Como se vê pelos avanços tecnológicos descritos originalmente por Kautsky e prosseguidos incisivamente ao longo do século XX, a tendência de desaparecimento da figura fundiária não-produtiva parece estar de acordo com a lógica do sistema capitalista. O acirramento, por consequência, do conflito entre trabalhadores e proprietários pode então ser entendido como resultado normal da consolidação do capitalismo em todos os setores da produção pelo menos em teoria. Mas e na prática? Houve a dissolução das três classes em apenas duas, como o *Capital* deixa implícito?

4. Um debate controverso

A questão agrária vista pela teoria da Economia Política de Marx gerou um dos debates mais controversos do século XX. Segundo Paulo Netto (1979), até os anos 1890, a questão na verdade já era um tópico política extremamente relevante, por conta das estratégias de aliança necessária entre a população do campo e o proletariado. As tendências do sistema econômico capitalista continuaram a ser trabalhadas e analisadas de uma perspectiva mais rigorosa só depois da publicação completa do *Capital* por Engels em 1894. Em relação à terra enquanto componente da produção capitalista, duas obras marcam a sistematização inicial da combinação entre a teoria do valor marxista e a questão da renda fundiária. Embora seus autores sejam representantes-fundadores das correntes concorrentes do movimento socialista que emergiram no final do século XIX, a via revolucionária e a via reformista, seus livros acerca do problema da terra no capitalismo contêm um argumento bastante semelhante.

Em consequência dos debates realizados pelo partido social-democrata alemão, Kautsky publica em 1899 o livro *A Questão Agrária*, obra que trata pela primeira vez da lógica capitalista operando no setor de produção da agricultura.¹¹ A diferença em relação ao *Capital* de Marx é que, aqui, a diferenciação e especificidades deste setor são analisadas conforme se percebe que a produção do campo (e não só da cidade sob a maquinaria) pode se dar em condições técnicas adequadas ao capital. O resultado dessa perspectiva é a da noção de industrialização do campo, tópico tratado hoje pelas análises das cadeias produtivas operadas pelo capital financeiro que interligam completamente campo e cidade enquanto zonas de produção, como bem ilustram os complexos agroindustriais.¹² A idéia pioneira de Kautsky é a de que o capital se desenvolve primeiramente nos espaços urbanos, na indústria enquanto imagem cinzenta características das grandes concentrações populacionais. Mas a certa altura de seu desenvolvimento histórico, “o capital não restringe sua ação à indústria. Assim que adquire forças bastantes, apodera-se também da agricultura” (Kautsky ([1899] 1980), p 35.)

Depois de retomar a perspectiva teórica sobre o movimento de separação do camponês de seus meios de produção, Kautsky ilustra com variados dados a dinâmica capitalista na agricultura, que passa crescentemente a se pautar no uso da ciência aplicada à produção do

¹¹ Como Kautsky sintetiza a tarefa de sua obra “Deve-se pesquisar *se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas.*” Kautsky ([1899] 1980), p. 28.

¹² Para uma análise dos Complexos Agroindustriais da economia brasileira, ver Graziano (1996).

setor. Esta culminação explica o que deixou Kautsky bastante surpreso, mas que hoje não causa espanto nenhum: o ensino das técnicas de produção agrícola na cidade.¹³ De forma bastante resumida, pelo desenvolvimento normal do capitalismo, a estrutura de produção que não opera dentro da lógica do capital (e que recebe diferentes nomes como camponesa, familiar, pequena produção, etc), tende a desaparecer conforme a relação capitalista domina todos os setores produtivos da economia. A tese do desaparecimento destas formas de produção é fortemente contestada pela evidência histórica de permanência de estruturas de produção no campo que não são integradas ao sistema capitalista. Por isso, é importante pensar na obra de Kautsky como uma exposição fiel à lógica colocada por Marx, ainda que a reflexão real não coincida exatamente com o desenvolvimento do modelo puro.

No *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, também de 1899, Lenin analisou a formação do capitalismo neste país e, embora tenha claro que o desenvolvimento pleno do capital destrua todas as formas tradicionais de organização econômica do campo, concluiu que o formato dessas estruturas pré-capitalistas de uso da terra determina a estrutura fundiária da economia capitalista em questão. Com isso, pode-se compreender como uma certa divisão territorial enquanto propriedade privada existirá de acordo com as condições históricas em que o capitalismo se formou. Em relação às vias de formação do capitalismo que são classificações criadas por historiadores próximos da economia política, a contribuição de Lenin aqui foi a de ter demonstrado que, independente do grau de concentração de terras, a conversão desta em mercadoria e capital se deu em todas as economias que avançaram para o modo de produção capitalista.¹⁴

Por isso, a via inglesa, caracterizada pela violência de expulsão dos camponeses para as cidades, a via francesa, cuja principal característica é a vitória dos produtores-trabalhadores do campo sobre a nobreza e as vias mistas, que são de difícil descrição por base nestes dois parâmetros rivais de revolução capitalista, são todas maneiras de passagem para o modo de produção capitalista. Qual é o elemento que une todos estes casos históricos concretos? A terra, que antes era usada coletivamente pela comunidade, passa a ser propriedade privada. Essa demarcação oficial do espaço enquanto propriedade clara de determinados indivíduos (por exemplo, na Inglaterra com os cercamentos) torna a terra, enquanto meio de produção, mercadoria, e conseqüentemente, capital conforme a lógica de valorização. Não importa se essa propriedade sobre a terra é mais ou menos concentrada. Em todo caso, trata-se de sua conversão em uma forma específica de relação social de produção, nominalmente, capital.

Este é o ponto em comum com a abordagem de Kautsky e que permite uma aproximação de Lenin com a tese do desaparecimento do produtor não-capitalista. As duas obras clássicas que inauguram a questão agrária dentro da economia política marxista, portanto, partilham a noção de que o desenvolvimento do capital em um país faz com que toda produção da economia nacional se torne produção capitalista. Por essa razão, existe um movimento destrutivo das unidades produtivas que, apesar de produzirem valores de uso perfeitamente consumíveis e necessários, não são contempladas como formas adequadas de uso da terra pelo capital. A conclusão clara é a de que, ou esses produtores não-capitalistas passam a se ajustar para o mercado, produzindo valores (e assim, mercadoria ao invés de valor de uso apenas), ou serão deslocados do espaço em questão para aqueles que têm intenção de usar esta terra como meio de produção no processo de trabalho enquanto processo de valorização, ou seja, enquanto capital. É importante destacar que tanto Kautsky quanto Lenin, apoiados em Marx, contemplam esta conversão da terra enquanto parte integrante do capital produtivo como um movimento de

¹³ Kautsky ([1899] 1980), p. 73 em diante, explica a formação dos institutos agrônômicos para explicitar como o campo se torna dependente do centro urbano e que “o progresso, no domínio da agricultura, vem da cidade”.

¹⁴ Para uma apresentação histórica das vias de formação do capitalismo com enfoque no setor da agricultura, ver Veiga (1991). Para um resumo dessas mesmas revoluções capitalistas a partir do paradigma da Revolução Russa, ver Trotsky ([1930] 2007), p. 62 e 63.

progresso: a transformação de todos os elementos simples do processo de trabalho em capital destrói todas as formas de vínculos pessoais e servis que impedem a formação plena da consciência revolucionária da classe trabalhadora assalariada.

Por outro lado, é importante lembrar que as duas obras diferem em relação aos eixos de análise. Kautsky abordou a questão agrária de uma perspectiva teórica, sem se preocupar com dados concretos que ilustrassem a situação de desenvolvimento da produção no campo. Já Lenin indica com evidência empírica vasta que a situação da produção agrícola durante a formação do capitalismo não é nada homogênea. Por conta disso, as conclusões, apesar de serem essencialmente as mesmas, precisam ser apreciadas sob as condições específicas em que foram elaboradas. O contexto de elaboração de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* era o do debate em torno da comuna rural naquele país e sobre como os camponeses poderiam integrar os trabalhadores assalariados da cidade rumo à transformação social e econômica ali. Nota-se aqui a coexistência nítida de duas revoluções sobre as quais o movimento revolucionário russo precisa se equilibrar para superar o czarismo.¹⁵ A *Questão Agrária* de Kautsky, por outro lado, surgiu dos debates realizados internamente ao partido social-democrata alemão, onde duas perspectivas podiam ser reconhecidas: aquela que acreditava na inevitabilidade do fim do campesinato, apoiada por Kautsky e Engels, por exemplo, e aquela que percebia ser muito difícil completar a dissolução total da agricultura familiar.¹⁶

O debate sobre a questão agrária que parte da tese de desaparecimento das formas de produção não-capitalista no campo é controverso devido à permanência, em considerável quantidade, de unidades de produção que insistem em escapar à lógica do capital. A resistência com que os camponeses se prendem à terra parece ter sido subestimada pelas análises iniciais do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A realidade mostrou, de acordo com os dados organizados na tese de Abramovay (1992), que uma configuração idêntica ao modelo puro do capital apresentado por Marx pode nunca chegar a existir na realidade.

Isso significa que o modo de produção capitalista não está consolidado? De maneira alguma. *Ocorre apenas que as estratégias de revolução devem ser pensadas levando em conta a existência concreta de ideologias que não são próprias do proletariado que se guia pelo marxismo.* A discrepância entre modelo e realidade não pode atrapalhar a elaboração consciente de ações políticas de avanço, ainda que esta separação seja imprescindível para a correta compreensão sobre as leis de movimento do sistema econômico em que se vive. Em poucas palavras: a construção da sociedade socialista não precisa esperar para que, na prática, exista apenas a relação social de produção entre capitalista e trabalhador assalariado. Basta que uma parte considerável da população se encontre na condição de proletariado para que a dinâmica da revolução socialista possa entrar em marcha.

Assim, se o objetivo for o progresso econômico e social, parece que as condições de combinação entre frações distintas da classe trabalhadora precisam ser criadas com cuidado, de modo semelhante ao que ocorreu na Rússia no começo do século passado, quando a luta camponesa se combinou com uma insurreição proletária.¹⁷ Neste sentido, uma das formas de assimilar a questão agrária de maneira inteligível é pensá-la como um problema entre duas revoluções, como o foi em 1917 e ainda o é no começo do século XXI.

¹⁵ Para Lenin, era possível combinar as lutas dos camponeses com a dos operários sem que se confundisse quais eram as metas e tarefas históricas de cada uma. A noção do campesinato como elemento não revolucionário foi defendida pelos mencheviques, que achavam que a liderança da Revolução Russa deveria ficar com a burguesia. Para um resumo da questão agrária na Revolução Russa, ver Gomes (1999) e o capítulo 3 de Trotsky ([1930] 2007).

¹⁶ Sobre as duas posições ver Abramovay (1992), p.44 a 47.

¹⁷ Sobre o proletariado e os camponeses na Revolução Russa, Trotsky explica que a essência de 1917 foi justamente a coincidência e coordenação de “dois fatores de natureza histórica completamente distinta: a guerra camponesa, movimento característico do alvorecer do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, o movimento que assinala o ocaso da sociedade burguesa” (Trotsky ([1930] 2007), p. 63).

5. A questão agrária entre duas revoluções

Na origem do debate sobre a produção capitalista no campo, a questão nuclear era sobre a viabilidade e dinâmica social do capital enquanto forma social de organização da produção na agricultura. Naquele momento, a virada para o século XX ainda podia ser considerada um movimento em que o modo de produção capitalista pensado como sistema mundial tinha muito terreno para expandir. Hoje, no entanto, já é possível afirmar com maior segurança que boa parte do globo se encontra em pleno capitalismo. Isto significa que chegamos ao modelo puro apresentado por Marx no *Capital*?

Poucos responderiam afirmativamente esta pergunta. Como argumenta Abramovay (1992), a formação do capitalismo de fato não implica na conversão completa de toda classe trabalhadora em trabalhador assalariado. Na prática, uma parcela considerável das unidades produtivas permanece no limbo entre os dois polos antagônicos do modo de produção capitalista. Estas unidades de produção se inserem, com dificuldades superáveis, na produção de mercadorias, e eventualmente de capital. O fundamental é que consigam se integrar ao mercado. Esta parece ser a condição básica para a manutenção das propriedades menores, que participam do processo de produção capitalista de maneira conciliadora e não contraditória. Por outro lado, a existência destas formas de produção são indicação de falta de desenvolvimento capitalista? Aqui, de novo, parece que a resposta é negativa, pelos motivos similares àqueles que atestam a permanência da pequena produção ou produção familiar, que não significa produção para autoconsumo, ou seja, produção de valores de uso para satisfação das necessidades da própria unidade de produção.¹⁸

Do desenvolvimento realizado, depreende-se que o desenvolvimento histórico não segue a idealização efetuada pela teoria. Neste caso, não observamos na realidade um completo desmanche das classes de tal forma que a nítida contradição entre trabalhadores e capitalistas se torne o único conflito social existente, inclusive no campo. A não coincidência entre modelo e realidade é um fato antigo conhecido pela ciência, mas que geralmente escapa aos teóricos da Economia Política, como o próprio Marx alertara diversas vezes. A história se desenrola por “pulos”, ou seja, antes da completa efetivação prática da existência de todos os elementos do processo de trabalho enquanto capital, as transformações sociais para o modo de produção seguinte já começam a modificar sua forma social para algo não-capital e, portanto, não-propriedade privada. Este raciocínio foi sintetizado por Trotsky com a lei do desenvolvimento desigual e combinado aplicada à análise da transição do capitalismo para o socialismo.

Todo o problema decorre do aguçamento das contradições embrenhadas no par dialético capital e trabalho. Conforme o avanço do modo de produção capitalista se desenvolve, a contradição entre proprietários de terra e capitalistas industriais desaparece, e emerge cada vez mais a contradição entre trabalhadores e proprietários de capital em geral (meios de produção, inclusive terra). Onde entram aqui os pequenos produtores ou os camponeses, trabalhadores no limiar da proletarianização que lutam por sua propriedade de terra?

De acordo com Sandroni (1994), “(...) a luta pela terra não se opõe ao princípio da propriedade privada, mas a um tipo de apropriação, isto é, a grande propriedade territorial” (Sandroni (1994), p. 155). Desse modo, existe um limite ao movimento social liderado por esse grupo social sem classificação no modelo do *Capital*. Assim que o modo capitalista de produção

¹⁸ A definição de agricultura familiar ou camponesa é extremamente dificultada pelo fato de que os estudiosos das questões sociais e econômicas do campo não utilizarem a economia política de Marx como critério geral. Neste arcabouço, não importa o tamanho da unidade produtiva (tamanho da propriedade de terra). O relevante para termos de análise é verificar se a produção é produção de valores ou valor de uso. Toda organização em torno da produção para satisfação das necessidades locais está fora do sistema capitalista e será confrontado pelo sistema de acordo com a lógica de expansão e aprofundamento da divisão social do trabalho. Desde que uma unidade produtiva pequena/familiar/etc esteja integrada ao capitalismo, ela irá prosseguir existindo a não ser que o processo de concorrência a dissolva dentro de um capital maior.

se consolida em certa economia, a questão agrária não é mais uma questão para a burguesia. Em outras palavras: a questão agrária, assimilada como a divisão de terras entre proprietários privados que irão fundamentar a base da natureza enquanto servente ao capital é completamente resolvida no instante em que há concordância que a economia se tornou completamente capitalista. Como Lenin tinha antecipado, independente do grau de distribuição, trata-se de economia capitalista em funcionamento. Portanto, a continuação da reivindicação por terra nestes parâmetros torna o movimento necessariamente uma força exclusivamente política e social, mas não mais econômica. A incorporação de aspectos éticos e normativos que se proliferam neste meio ilustram que a dimensão econômica da luta pela terra não pode mais ser o combustível dessa batalha política, pois a revolução capitalista foi completada.

Por outro lado, é preciso entender que para as economias periféricas (incluindo a Rússia de 1917, mas tendo em mente o caso específico brasileiro), a revolução burguesa concorre já com a próxima transformação social em curso, cujas idéias são transportadas rapidamente da Europa Ocidental para o resto do globo. Para o socialismo, como argumenta Sandroni (1994), a questão agrária permanece, e é sob esta ótica que o problema precisa ser contemplado, caso queira-se encontrar uma solução definitiva. Toda dificuldade decorre do fato de que o movimento de luta pela terra contém, por um lado, o ideal da revolução burguesa na tradição da Revolução Francesa, onde a pequena burguesia foi vitoriosa e os camponeses conseguiram em boa parte evitar sua proletarianização; e por outro, o ideal comunista em uma forma razoavelmente mistificada.

Em relação ao primeiro componente, é interessante notar que, devido justamente ao avanço histórico já percorrido, ele não pode ser hoje considerado a fronteira do movimento. Uma eventual redistribuição de terras com o objetivo de elevar o grau de igualdade entre os proprietários, núcleo tradicional do movimento a favor da reforma agrária, resultaria no enfraquecimento do poder político alimentado pelas grandes fazendas. Mas, o que parece ser bastante grave, a realização de tal reforma fortaleceria e faria expandir uma rede de proprietários de escala menor que tornaria a defesa ao princípio da propriedade privada muito mais ampla na sociedade. Isto vai diretamente contra as metas do movimento socialista e aqui seria muito mais adequado buscar medidas efetivas de integração destes trabalhadores no mercado de trabalho assalariado (tanto no campo como na cidade) regulamentado de perto pelo Estado.

Em relação a este segundo componente dentro do movimento de luta pela terra, é importante sempre ter em mente que, apesar de genuíno e correto, o ideal comunista posto para seus integrantes atravessa uma série de correntes que dificultam o diálogo com os marxistas treinados em âmbitos tradicionais (partidos urbanos ou academia). O baixo grau de presença do socialismo científico parece ser corroborado pela forte presença das igrejas no movimento, assim como das noções de justiça pautadas nos princípios burgueses como igualdade e fraternidade. Por outro lado, elementos ideológicos completamente alinhados com o socialismo como a solidariedade, a democracia e a liberdade são defendidos com todo fervor genuíno da classe trabalhadora, mesmo que não-assalariada.

O relevante a destacar é que a coexistência de dois ideais distintos no movimento de luta pela terra, ou seja, a permanência lado a lado das metas de consolidação da propriedade privada e de uso da Natureza para a produção de valores de uso e não valor torna-se cada vez mais frágil conforme o capitalismo atinge maturidade. Neste sentido, compreende-se porque a questão agrária se encontra hoje entre duas revoluções e porque é tão importante estabelecer um diálogo sincero e aberto entre militantes da luta pela terra e estudiosos do materialismo histórico que reconhecem neste front diversos elementos de progresso para a construção do modo de produção socialista.

Referências

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, HUCITEC/AMPOCS/EDITORIA DA UNICAMP.
- Gomes, O. (1999). *Lenin e a Revolução Russa*. São Paulo: Expressão Popular.
- Graziano da Silva, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Graziano da Silva, J. (1999). *Tecnologia & Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Kautsky, K. ([1899] 1980). *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial.
- Lenin, V. I. ([1899] 1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.
- Mann, S. e Dickinson, J. M. (1987). Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. *Literatura Econômica*. Vol. 9.
- Marx, K. ([1867] 1985). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural;
- Marx, K. ([1894] 1986). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Nova Cultural.
- Paulo Netto, J. (1979). Apresentação. In: Lenin, V. I. ([1899] 1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural.
- Sandroni, P. (1994). A questão agrária e o socialismo: notas sobre problemas econômicos e políticos. In: Stédile, J. P. (Org.) (1994). *A questão agrária hoje*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Smith, Adam ([1776] 1996). *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. São Paulo: Nova Cultural.
- Stédile, J. P. (Org.) (1994). *A Questão Agrária Hoje*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Trotsky, L. ([1930] 2007). *História da Revolução Russa*. 2 volumes. São Paulo: Sundermann.
- Veiga, José Eli da. (1991). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC.
- Wallerstein, Immanuel (2001). *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof. Sérgio Barroca

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof^ª. Priscila Casari

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/economia>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Barbara Christina Carrijo

Adriana Moura Guimarães

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.